

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.954 - PR (2019/0177461-9)

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CONDOMINIO EDIFICIO COLUMBUS**  
**ADVOGADO : ANDRÉ RICARDO TUBIANA E OUTRO(S) - PR036915**  
**AGRAVADO : CINTIA PINHEIRO DE SOUZA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por **CONDOMINIO EDIFICIO COLUMBUS** em face da decisão acostada às fls. 95/97, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 48/51, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL – SINDICA - RESSARCIMENTO DE VALORES INDEVIDAMENTE APROPRIADOS - PENHORA PARCIAL DO SALÁRIO (30%) – IMPOSSIBILIDADE – VERBA SEM CARÁTER ALIMENTAR – HIPÓTESE QUE NÃO COADUNA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 833, § 2º.  
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial (fls.57/68, e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 789, 790, 797, 833, inc. IV, §2º, 927, e 928 do CPC, sustentando a possibilidade de penhora de percentual do salário para satisfação do crédito. Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 83/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls.103/115. e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. No que se refere à alegada ofensa à lei federal, busca a insurgente a relativização da impenhorabilidade do salário, para que se admita a penhora do percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração percebida pelo ora agravado.

A Corte de origem assim decidiu a controvérsia (fls. 49-50, e-STJ):

"A controvérsia recursal cinge-se em saber quanto a possibilidade, ou não, de penhora de rendimentos (salário) da agravada em razão da natureza do crédito cobrado.

Para melhor análise da questão, vale citar trecho da sentença que julgou procedente o pedido inicial da ora agravante:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Relatou o Autor que a parte Requerida em 17 de agosto de 2006, foi eleita para exercer o cargo de síndica, conforme remuneração pelo cargo ficou definido que a parte Requeridas estaria isenta do pagamento das taxas condominiais além de ter recolhido em seu favor 11% daqueles valores a título de contribuições previdenciárias. Afirmou que a parte Requerida exerceu de forma ininterrupta a função de síndica entre 01/09/2006 à 03/08/2010. Relatou que os condôminos começaram a questionar a prestação de contas apresentadas pela Requerida. Afirmou que realizaram auditoria nas contas e constataram discrepâncias nas contas apresentadas, transferências indevidas, além de saques em dinheiro sem qualquer justificativa plausível. Além disso foram constatados pagamentos de contas pessoais da parte Requerida tais como conta de telefonia móvel, supermercados, padarias, postos de gasolina, salão de beleza, pet shops dentre outros estabelecimentos sem relação com a administração do Condomínio.

Afirmou que realizados cálculos a parte Requerida deve a quantia de R\$ 109.712,94 (cento e nove mil, setecentos e doze reais e noventa e quatro centavos). Em sede de antecipação de tutela pugnou pela declaração de indisponibilidade de montantes existentes na conta corrente da parte Requerida. No mérito pugna pela condenação da parte Requerida no pagamento dos valores devidos ao Requerente. (mov. 1.1). Juntou documentos no mov. 1.2/1.9.

(...)

Diante do exposto julga-se procedente presente, Ação Ordinária com pedido de Tutela Antecipada, registradas proposta por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO COLUMBUS em face de CÍNTIA PINHEIRO DE SOUZA com fundamento no artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, para condenar a parte Requerida ao pagamento de R\$ 109.712,94 (cento e nove mil, setecentos e doze reais e noventa e quatro centavos) conforme discriminado nos anexos de 1.2/1.9.

Assim, em que pese o direito ao crédito do condomínio Exequente, bem como a ordem de preferência constitutiva estabelecida pelo art. 835 do CPC/15, verifica-se que os valores ora executados não possuem natureza alimentar, uma vez que tais valores são decorrentes da ação ordinária que reconheceu a apropriação indevida de valores por parte da agravada.

(...)

Ou seja, pela análise do dispositivo supra, percebe-se claramente que a penhora sobre salário pode ser realizada apenas para casos onde o valor executado é proveniente de pagamento de prestação alimentícia."

A questão foi pacificada em recente julgamento proferido pela Corte Especial, admitindo-se a penhora de percentual do salário para satisfação de dívida não alimentar, desde que preservado percentual de verbas que resguarde a dignidade do devedor e sua família:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS.

BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.
2. Caso em que o executado auferir renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.
3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.
4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.
5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.
6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.
7. Recurso não provido.

(REsp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, DJe 16/10/2018) [grifou-se]

Extrai-se, ainda, do voto que conduziu o julgamento:

Para além do dever de portar-se processualmente de acordo com os preceitos da boa-fé, as partes têm direito ao **tratamento processual isonômico**, o que se revela na execução civil como o direito a receber tratamento jurisdicional que saiba **equilibrar**, de um lado, o direito do credor à **satisfação do crédito** executado e, de outro, o direito do devedor a responder pelo débito com a preservação de sua **dignidade**.

Isto considerado, é de se notar que estão em questão, potencialmente contrapostos, **direitos fundamentais** das partes. De um lado, o credor tem direito ao Estado de Direito, ao acesso à ordem jurídica justa, ao devido processo legal processual e material. De outro, também o devedor tem direito ao devido processo legal, que preserve o mínimo existencial e sua dignidade.

Sob essa ótica da preservação de direitos fundamentais, o direito do credor a ver satisfeito seu crédito não pode encontrar restrição injustificada, desproporcional, desnecessária. No que diz respeito, portanto, aos casos de impenhorabilidade (e sua extensão), **só se revela necessária, adequada,**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de seu mínimo existencial, à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.** [grifos no original]

O entendimento foi reafirmado pela Quarta Turma desta Corte, no julgamento do **AgInt no AREsp n. 1336881/DF**, Rel. Ministro RAUL ARAUJO, julgado em 23/04/2019.

Assim, deve ser relativizada a regra da impenhorabilidade do salário, ponderando-se os interesses de credor e devedor, desde que resguardada a manutenção do sustento e da dignidade do devedor e seus dependentes, nos termos do entendimento acima transcrito.

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **conhece-se do agravo e, de plano, dá-se parcial provimento ao recurso especial**, a fim de autorizar a penhora de percentual do salário, observados os critérios estabelecidos acima.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator